

O estudo problematiza as formas como são compreendidas, conhecidas e reconhecidas as necessidades de inclusão e participação das vítimas nos processos judiciais pelos ofensores, operadores técnicos e jurídicos e pelas próprias vítimas que participam de experiências de Justiça Restaurativa junto ao Sistema de Justiça Juvenil, no Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre em um estudo comparativo com aquelas que têm apenas contato com os procedimentos convencionais da Justiça. O objetivo geral é investigar as repercussões, em termos de satisfação e confiança com o Sistema de Justiça, por parte das vítimas de atos infracionais praticados por adolescentes. Realizou-se até o momento a revisão bibliográfica e pesquisa documental, e atualmente está em curso a realização das entrevistas semi-estruturadas. Os sujeitos entrevistados são as vítimas de atos infracionais e operadores do sistema de justiça, sendo escolhidos pelo critério de ter participado de círculos restaurativos no período relativo à investigação, de 2005 a 2007 (grupo experimental). O grupo controle é constituído por vítimas cujas situações foram encaminhadas para a Central de Práticas Restaurativas, mas cujo atendimento não contou com a participação das vítimas. Nos procedimentos restaurativos realizados no ano de 2007, pode-se constatar que aproximadamente 45,7% das vítimas que tiveram seus processos enviados para a CPR/JIJ participaram de pré-círculo; destas, apenas 25,2% participaram do círculo, e, por fim, 9,3% das vítimas participaram do pós-círculo. Cabe apontar, ainda, que dos 50 processos que não deram origem a um círculo restaurativo, 72% tiveram como motivo a desistência da vítima, contra 28% por desistência do adolescente infrator.